



---

## MPF influencia destinação de R\$ 13,4 bilhões recuperados em acordos

O Ministério Público Federal tem influência na forma como serão gastos pelo menos R\$ 13,4 bilhões recuperados em acordos de leniência, em casos como o do fundo de R\$ 2,5 bilhões da Petrobrás – suspenso por decisão do Supremo Tribunal Federal – e o [acordo de leniência](#) que a Odebrecht assinou com o MPF em dezembro de 2016 e foi revelado em notícia da [ConJur](#).

A informação é do jornal *O Globo*, que analisou nove acordos para reparação de atos de corrupção assinados no Paraná, Distrito Federal e em Minas Gerais. A publicação cita um exemplo de Brasília, no qual os procuradores assinaram um acordo com a J&F, que deve multa de R\$ 10,3 bilhões, a ser paga em 25 anos.

De acordo com o jornal, parte do dinheiro irá para a União, para o BNDES, para a Caixa e para fundos de pensão que foram lesados pelos crimes, enquanto outra parte deverá ir para projetos sociais. O MPF é quem deve indicar o tipo de serviço que pode ser desenvolvido. O órgão também tem poder de veto em conselho de definição do destino do dinheiro, além de poder indicar nomes para o grupo.

Segundo a publicação, o valor de R\$ 13,4 bilhões pode ser ainda maior, já que a Câmara de Combate à Corrupção da Procuradoria-Geral da República homologou 23 acordos de leniência em primeira instância que estão em sigilo ou não foram divulgados.

### Date Created

14/04/2019